

aprontou trinta vasos de guerra que se reuniram à esquadra francesa. Era o tudo ou nada para o domínio dos mares. A 21 de Outubro de 1805, a esquadra franco-espanhola, sob o comando de Villeneuve, travou junto ao cabo Trafalgar, um combate naval decisivo com a frota de Nelson, tendo sido aniquilada. As pressões políticas para que Portugal abandonasse a sua neutralidade eram enormes, pois a Espanha pretendia sempre que o nosso país se envolvesse contra o seu antigo aliado, deixando de proteger as vidas e bens dos súbditos britânicos e de proporcionar à Inglaterra visíveis facilidades portuárias. A França, que tinha planos em relação a Portugal, foi adiando a questão, até porque a neutralidade portuguesa era paga. Mas não por muito tempo.

A partir do início de 1806, a Espanha iniciou uma forte concentração de tropas junto às fronteiras com Portugal. Demonstrando um frio calculismo, o Ministro Godoy negou sempre qualquer intenção de nos atacar, e o embaixador português em Madrid não conseguiu prever a situação. Entretanto, morria em Inglaterra a 23 de janeiro de 1806 William Pitt. A inevitável rutura da Coligação depois da capitulação de Mack em Ulm, e as notícias do desastre de Austerlitz foram fatais. Não era somente a Áustria que estava derrotada e reduzida a uma potência de segunda ordem, era a própria Coligação que se desfizera. Napoleão ficara senhor incontestado da Alemanha e da Itália. No espaço de seis meses tinha modificado de tal maneira o mapa da Europa que este ficou irreconhecível.

Com a derrota de Trafalgar, Napoleão decidira tentar derrotar os Ingleses, levando-os à ruína comercial. Nascia, deste modo, a ideia do Bloqueio Continental, um projeto para isolar a Inglaterra da Europa continental, fechando-lhe todos os portos, na tentativa de a empobrecer e provocar descontentamento social. Contava para tal com o apoio da própria Rússia que, pelo Tratado de Tilsit, se obrigara a apoiar o projeto. No meio deste confronto de gigantes que se enfrentavam numa luta de aniquilamento, Portugal e Espanha, eram vistos como realidades secundárias destinadas a premiar os servidores de Napoleão. Portugal seria assim entregue ao «príncipe da Paz», e o trono Espanhol ao seu irmão Luciano.

A Espanha não ofereceu qualquer resistência às imposições do imperador esperando a concretização de um sonho já velho, o da integração de Portugal na sua Coroa. Só não se apercebeu que as eventuais vantagens da anexação de Portugal lhe trariam igualmente problemas muito graves como o da entrada dos exércitos franceses no seu próprio território com a finalidade de invadir o nosso país. Napoleão tinha razões para se considerar triunfante. Não tinha vencido os russos na tomada de Varsóvia, Fridland e Koenigsberg? Esperava assim

vergar a Inglaterra fechando-lhe o comércio com os portos europeus. A posição geográfica portuguesa e os laços políticos que mantínhamos com os ingleses determinaram o nosso destino.

2 DESENVOLVIMENTO

Em 1806, a Prússia tinha sido derrotada, e Napoleão, que afirmava o seu poder continental, ansiava por dominar a Inglaterra, que tinha a hegemonia marítima. Seria então através da tentativa do sufoco comercial que forçaria os ingleses a aceitarem a sua política europeia. Foi o tempo do bloqueio continental, a que Portugal foi intimado a obedecer. No entanto, os verdadeiros planos de Napoleão em relação ao nosso País passavam por uma partilha do território nacional em três partes, que ficariam a formar pequenos Estados. Assim, o Alentejo e Algarve passariam a constituir um principado, entregue a Manuel Godoy, como prémio dos seus relevantes serviços à política externa francesa. O norte do Douro, constituiria o reino da Lusitânia setentrional, destinado ao rei da Etrúria. Tratava-se de um neto do rei de Espanha. Napoleão tinha-lhe oferecido o grão-ducado da Toscana, mais tarde intitulado reino da Etrúria, e integrado na Toscana, em 1807, igualmente por vontade francesa. O reino da Lusitânia significou assim, uma espécie de compensação. O território restante, que incluía a Estremadura e Beiras, seria provisoriamente ocupado pelas tropas francesas, e ficaria como reserva para futuras concessões. Também as nossas possessões ultramarinas seriam alvo de partilha entre a Espanha e a França.

A 29 de Julho de 1807, foram transmitidas ao nosso embaixador, D. Lourenço de Lima, pelo conde de Hauterive, as ordens terminantes do imperador. Ordenava ele que Portugal fechasse os portos à Inglaterra, que o governo detivesse todos os súbditos britânicos residentes no Reino e lhe confiscasse navios, bens ou propriedades e, por fim, que despedisse o ministro inglês residente em Lisboa e mandasse retirar de Londres o ministro português.

Ao mesmo tempo, junto da fronteira francesa com a Espanha, em Bayona, organizava-se um exército, denominado o exército da Gironda e comandado por Junot. Por seu lado, a Espanha também não ficou inativa e, apesar de todas as ofensas que a França lhe infligira, ostensivamente fazia preparativos bélicos para poder oferecer os seus bons ofícios contra Portugal. Além disso, anuíra desde logo ao bloqueio ordenado por Napoleão. Com esta anuência, apenas faltava Portugal para completar o sistema continental, pois a própria Rússia, constringida por tratados secretos, se comprometera a forçar por todos os meios a Inglaterra

a uma paz que, ditada por Napoleão, seria por certo o mais humilhante possível. Portanto, o imperador exigia categoricamente o assentimento português ao bloqueio e essa imposição colocava Portugal em crítica e pavorosa situação.

Napoleão ficou indignado e furioso com o governo português por este ter consentido e até facultado a saída aos súbditos ingleses, contrariando assim as suas rigorosas instruções a nosso respeito, declarando, diante dos cortesãos e do corpo diplomático, que a casa de Bragança deixara, desde aquele momento, de reinar em Portugal. Sem mais delongas ordenou que o poderoso corpo de observação da Gironda, estacionado em Bayona, marchasse sobre Portugal. Ao mesmo tempo, o general Duroc, grão-marechal de Napoleão, partia para Espanha a fim de assentar com esta nação num tratado de usurpação do nosso país. Este tratado, assinado em Fontainebleau em 29 de outubro de 1807, por Carlos IV de Espanha e pelo ditador europeu, na pessoa dos seus representantes, Duroc, pela França e D. Eugénio Isquierdo, pela Espanha, constava de catorze artigos que retalhavam e dispunham de Portugal como se a sua conquista fosse já um ato consumado.

A declaração da guerra feita a Portugal, pela França, tornou-se pública em Paris poucos dias antes da assinatura do tratado de Fontainebleau. D. Lourenço de Lima, nosso embaixador, teve ordem para abandonar a capital francesa no prazo de quarenta e oito horas e o território do império dentro de quinze dias. Em 1 de Novembro, chegava ele a Lisboa na esperança ainda de evitar a invasão, caso o governo se resolvesse a ordenar o sequestro dos súbditos e propriedades inglesas. Mas tudo fora em vão. Napoleão resolveu apoderar-se de Portugal e não era homem que voltasse atrás nas suas decisões, ou desistisse dos projetos que concebera.

Ao mesmo tempo recebia o conde de Ega, nosso ministro em Madrid, ordem do governo espanhol para sair da cidade em quarenta e oito horas e de Espanha no prazo de dez dias. Apesar de todas estas contrariedades, António de Araújo de Azevedo, ministro dos negócios estrangeiros, garantiu particularmente aos súbditos britânicos a segurança de suas vidas e bens e prometeu-lhes uma indemnização pelos prejuízos que viessem a sofrer. Assim, no caso português, a neutralidade perante aquele o conflito revelou-se uma atitude impossível de manter dado, por um lado, a dependência das suas relações económicas com Inglaterra e, por outro, o forte poderio militar napoleónico. Aliás, em Fontainebleau Napoleão prometera ao governo espanhol a cedência duma parte importante de Portugal e as suas possessões ultramarinas. Face à invasão de Junot, a gravidade da situação político-militar leva

o governo português a decidir a retirada da família real para o Brasil, permitindo assim conservar a coroa portuguesa na sua mais importante colônia.

No dia 27 de novembro de 1807, entrou a barra do Tejo um navio inglês com a bandeira parlamentária içada e trazendo a bordo o ministro britânico Lorde Strangford. Veio este diplomata propor ao príncipe regente que ou aproveitasse a esquadra portuguesa para se retirar para o Brasil para não cair nas mãos de Junot, ou então que entregasse a mesma esquadra ao almirante Sidney Smith, pois o governo inglês a pagaria por bom preço. No caso de não a quisermos vender deixava a promessa da sua restituição terminada a guerra. Preferiu o Regente partir para o Brasil. A esquadra portuguesa serviria para transportar a família real e muitos que a acompanharam. Na impossibilidade de se manter Portugal na neutralidade, para cuja garantia inutilmente se haviam esgotado o tesouro e fechado os portos à Inglaterra, resolvera o Príncipe Regente retirar-se para o Rio de Janeiro, com toda a sua família, até ser declarada a paz geral. Nomeava também a Junta que na ausência de D. João devia governar o país e que era composta pelo marquês de Abrantes, tenente-general Francisco da Cunha Meneses, D. Francisco Rafael de Castro, Pedro de Melo Breyner, D. Francisco Xavier de Noronha e, para substituir qualquer dos mencionados, o conde de Castro Marim, mais tarde marquês de Olhão. A precipitação da retirada causou a maior confusão nos serviços públicos. Aos comandantes dos navios da esquadra fora dada ordem para que recebessem a bordo todos os portugueses que quisessem partir para o Brasil, dando preferência a militares de terra e mar.

No fim do ano de 1807, um exército francês, comandado pelo general Junot, entrou em Portugal. O *Monitor*, jornal oficial do Império, notificou que a dinastia de Bragança deixara de reinar. O jornal chegou a Lisboa antes do exército invasor e o embaixador inglês mostrou-o ao príncipe regente. Foi dessa forma que ele soube que Napoleão o destronara. Deste modo, o conselho de Estado, imediatamente reunido, votou por unanimidade a partida da família real para o Brasil. Nomeou também a Junta que na ausência de D. João devia governar o país e que era composta pelo marquês de Abrantes, tenente-general Francisco da Cunha Meneses, D. Francisco Rafael de Castro, Pedro de Melo Breyner, D. Francisco de Noronha e para substituir qualquer dos mencionados, o conde de Castro Marim, mais tarde marquês de Olhão.

A precipitação da retirada causou a maior confusão nos serviços públicos. Aos comandantes dos navios da esquadra fora dada ordem para que recebessem a bordo todos

os portugueses que quisessem seguir para o Brasil, dando preferência a militares de terra e mar. A esquadra inglesa prontificou-se a receber os emigrados que não tinham lugar a bordo dos nossos navios, levando-os para Inglaterra e dali para o Brasil. Os preparativos da esquadra, que, desprevenida, não tinha a bordo as necessárias provisões, foram feitos à pressa e confusamente. O embarque realizou-se a 27 de novembro e tão precipitadamente, que nem tempo houve para organizar a escolta que em geral acompanhava o regente, seguindo o coche deste completamente só.

O príncipe D. João, a rainha e toda a família real, embarcaram nos navios que estavam concentrados no Tejo e foram instalar-se no Brasil. Acompanharam-nos muitos nobres, muitos comerciantes ricos, os quadros superiores da administração, os juizes dos tribunais superiores, e toda a criadagem do paço. No total, eram cerca de dez mil pessoas, que incluíam a quase totalidade dos quadros do aparelho estadual. A retirada para o Brasil fora combinada com a Inglaterra no ano anterior. À aproximação dos Franceses, o embaixador inglês exigiu que a viagem se fizesse, ameaçando apresar as naus portuguesas que estavam diante de Lisboa no caso de elas não fazerem vela para o Brasil. E enquanto de Lisboa partiam os únicos elementos de defesa naval que possuíamos, corria o general Oliveira Barreto, escolhido por ter a família em França, ao encontro de Junot a fim de entrar em negociação com ele para que o exército francês penetrasse sem os excessos que ocorrem sempre durante as invasões, e também garantir-lhe que não encontraria dificuldades na sua receção. Era um expediente para ganhar tempo, mas representava nova humilhação para os portugueses.

A transferência da Família Real para o Brasil em 1808, obedecendo a um antigo plano de defesa nacional, já previsto no tempo das guerras da Restauração, não representa um ato de inteligente diplomacia, ao manter inteiramente livre a soberania do Reino? E um Príncipe Regente que toma esta decisão corajosa, não deverá ser amado por ela, mesmo sabendo-se que a pressão inglesa foi tremenda e a ameaça de uma nova Copenhague, bem presente?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência da Corte no Brasil teve como inevitável consequência a sua progressiva emancipação. Apesar de só terem permanecido na Bahia um mês e dois dias, foi o suficiente para que se registrassem alguns fatos da maior importância. Após abrir os portos do Brasil às nações amigas de Portugal, favorecendo sobretudo a Inglaterra, o Príncipe Regente D. João mandou criar, em 18 de fevereiro de 1808, a Escola de Cirurgia da Bahia, no antigo Hospital

Real Militar da Cidade do Salvador, que ocupava o prédio do Colégio dos Jesuítas, construído em 1553, no Terreiro de Jesus. A 1 de abril de 1813 a Escola foi transformada em Academia Médico-cirúrgica, e, a 03 de outubro de 1832 passou a ostentar o nome de Faculdade de Medicina, até aos nossos dias.

Situada no emaranhado urbano de casarões coloniais entre onde abundavam igualmente igrejas e conventos, o Brasil despontava para a sua ciência médica, tendo conhecido a dando a conhecer grandes nomes de professores e cientistas consequência de ter promovido a atuação profissional, e sociopolítica dos doutores da Faculdade, o que permitiu a expansão da cultura médica nacional com pesquisas tropicalistas, médico-legais, psiquiátricas e antropológicas. Grandes personalidades como Manuel Vitorino, Afrânio Peixoto, Nina Rodrigues, Óscar Freire, Alfredo Brito, Juliano Moreira, Martagão Gesteira, Prado Valadares, Pirajá da Silva e Gonçalo Muniz, iriam projetar a Faculdade em termos nacionais e internacionais, mercê do seu labor no ensino e na pesquisa. O estado da Bahia destacou-se, como salientou Dilma Cabral, na política nacional, justificada pela sólida formação humanística dos mestres e a sua influência na comunidade. Os salões da faculdade serviram de palco para acaloradas discussões, agitados debates e até mesmo lutas armadas, marcando decisivamente os rumos tomados pelo contexto social e político nacional - como na Guerra do Paraguai, na Guerra de Canudos e na Segunda Guerra Mundial. Depois de medidas tão importantes tomadas por D. João, o caminho para a independência do Brasil seria irreversível, mesmo sem a casa de Bragança. Contudo, este imenso país fica a dever a um rei tão querido por uns e maltratado por outros, não se ter atomizado em diversos países seguindo o exemplo das colónias espanholas da América.

A reabilitação da memória e da imagem de D. João VI, que fica a dever-se em grande parte aos brasileiros, prova que uma das grandes funções da História é servir para dar voz àqueles que já não a têm e clamam tantas vezes por justiça. Lentamente, a própria Europa vai olhando para a importância fundamental que Portugal teve na derrota militar e política de Napoleão, e olha para esse rei tantas vezes incompreendido, com o respeito que as suas decisões, à luz de uma nova investigação, começam a tomar.

REFERÊNCIAS

- BOMTEMPO, José Maria. Estatutos que sua Majestade manda que se observem interinamente na Academia Médico-Cirúrgica: dezembro, 1820. In: LOBO, Francisco Bruno. **O ensino da medicina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1964. pp. 23-29.
- BRASIL. **Decreto de 12 de abril de 1809**. Cria no Hospital Real Militar e de Marinha uma cadeira de medicina clínica, teórica e pratica. *Coleção das leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1891, p. 40.
- CABRAL, Dilma, in “**Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro**” publicado em Mapa - Memória da Administração Pública brasileira a 10 de Novembro de 2016.
- DIAS, J. S. Silva, **Os primórdios da maçonaria em Portugal**, Lisboa, 1980, INIC, Tomo I, vol. II, p. 631.
- ESCOLA Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. In: **Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <https://goo.gl/NNw1T1>.
- NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**, Lisboa, Emp. Nac. De Publicidade, 2ª ed. s/d, p. 21.
- MARQUES, A. H. Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa, Ed. Ágora, 1972.
- PERES, Damião. **História de Portugal**. Edição Barcelos, vol. VII, pp. 5-58.
- RIBEIRO, Lourival. **Medicina no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1971.
- SANTOS, Fernando Piteira. **Geografia e Economia da Revolução de 1820**, Lisboa, Publ. Europa-América, 1975, pp. 107-108.
- SERRÃO, Joel, “Liberalismo”, in **Dicionário de História de Portugal**, vol. II, pp. 508-510.

Recebido/ Received: 18/08/2020 Aceito/ Accepted: 09/09/2020 Publicado/ Published: 25/10/2020
--